

Comunicação e pensamento compreensivo: o ensaio como forma de expressão do conhecimento científico¹



Dimas A. Künsch

*Doutor em Ciências da Comunicação (USP)
Coordenador da Pós-graduação em
Comunicação da Faculdade Cásper Líbero
E-mail: dimas.kunsch@gmail.com*

Renata Carraro

*Mestre em Comunicação (Umesp)
Professora das Faculdades Integradas Rio Branco
E-mail: recarraro69@gmail.com*

Resumo: O presente texto ocupa-se criticamente com o modo dominante de produção dos discursos científicos. Esses discursos podem não ser tristes, monótonos ou de difícil compreensão. A ausência de vigor não se preenche com o simples recurso às ideias de verdade, certeza e rigor. O ensaio assume um distanciamento crítico frente ao modelo duro, universalista e abstrato de expressão do conhecimento científico. Rejeita a falsa oposição entre erudição e clareza de pensamento. E assume o próprio ensaio como gênero textual que deriva sua força de uma atitude cognitiva alimentada pelo signo da compreensão.

Palavras-chave: *comunicação, teorias da comunicação, epistemologia da comunicação, compreensão, ensaio.*

Comunicación y pensamiento comprensivo: el ensayo como una forma de expresión del conocimiento científico

Resumen: Este artículo trata críticamente el modo dominante de producción de los discursos científicos. Estos discursos pueden no ser tristes, aburridos o de difícil comprensión. La ausencia del vigor no se remplaza con el simple uso de las ideas de verdad, certeza y rigor. El ensayo adopta un distanciamiento crítico frente al modelo duro, universalista y abstracto de la expresión del conocimiento científico. Rechaza la falsa oposición entre erudición y claridad de pensamiento. Y asume el propio ensayo como género textual que genera su fuerza de una actitud cognitiva alimentada por el signo de la comprensión.

Palabras clave: *comunicación, teorías de la comunicación, epistemología de la comunicación, comprensión, ensayo.*

Communication and comprehensive thought: the essay as a form of expression of scientific knowledge

Abstract: This paper addresses critically the dominant pattern of academic and/or scientific discourses. These discourses should not be boring or hermetic as they often are. They suggest that any lack of substance would not be balanced simply addressing the ideas of truth, certainty and rigor. They suggest that the essay may assume a critical distance from the model hard, universalist and abstract of scientific expression. It rejects the false opposition between scholarship and clarity and takes the essay as the textual genre that derives its power from a cognitive attitude fueled by the sign of understanding.

Keywords: *communication, communication theories, communication epistemology, understand, essay.*

Muito rigor e pouco vigor, ou do texto triste e desencantado

A experiência se revela com frequência desanimadora: o estudante reage em geral negativamente à proposta de leitura e estudo de artigos, teses e dissertações nas disciplinas que frequenta. Não gosta. Reclama. Porque, via de regra, o que ordinariamente há de mais atual e relevante nos debates teóricos e epistemológicos de uma área de conhecimento, a nata de sua produção científica, não atrai. Assusta, às vezes. Acaba por provocar estranhamentos de diferentes ordens e em diferentes graus. Recebe comentários desabonadores. Textos chatos, em suma.

“Tenho pavor de texto acadêmico”, ouve-se. “Não se entende nada.” “Não é possível

¹Trabalho apresentado ao GP Teorias da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011). O texto aqui publicado, originalmente intitulado “A comunicação sob o signo da compreensão: o protesto do ensaio contra a chatice e a arrogância do discurso científico dominante”, sofreu ligeiras alterações, feitas pelos autores.

dizer isso de outro modo?”, perguntam-se alunos, da graduação à pós-graduação, e o fato de outros tantos nada perguntarem não constitui prova alguma de que gostem do modo como esses textos são escritos ou que os compreendam. Há exceções, é claro, tanto

A vivência acadêmica comprova, no entanto, que algo de fato comprometedor acontece no universo da produção e distribuição do conhecimento científico

de um lado – o dos textos científicos – quanto de outro, o dos estudantes, que há também os que gostam, entendem e apreciam. A vivência acadêmica comprova, no entanto, que algo de fato comprometedor acontece no universo da produção e distribuição do conhecimento científico.

O problema se acentua, podendo assumir contornos angustiantes, no campo específico da comunicação. Como conceber uma comunicação que não se comunica? Nesse contexto, é comum acontecer que jovens ingressantes nos cursos de *stricto sensu* se vejam mais desafiados pela torturante missão de “aprender a escrever de forma acadêmica” que por suas responsabilidades de pesquisadores. Um verdadeiro *horror vacui*, que pode acometer inclusive profissionais com anos de experiência na produção de textos, como pode ser o caso de jornalistas.

É, porventura, questão de admitir que os discursos e as benesses da erudição, real ou imaginada, estariam reservados à compreensão e ao deleite de uns poucos iniciados? A solução seria, então, simplesmente sugerir maior disciplina e empenho intelectual a estudantes e pesquisadores, com base na ideia de que, como se propaga, todo campo científico possui regras próprias, sua gramática

e seu dicionário? Ou, ainda, num mundo como este nosso, de tanta pressa e velocidade tecnológica, a indolência racional teria se convertido num verdadeiro pecado capital, causando danos irreparáveis à promessa de produção de conhecimento e à compreensão de seus enunciados?

Pode ser. Como também pode ser igualmente sedutora a tentação de se jogar o lixo de vícios intelectuais antigos, de incompetências e fragilidades, debaixo do tapete.

“O artigo, a tese e o relatório de pesquisa são textos, por sua própria natureza, chatos”, adverte Gomes.

Em princípio, o autor parece não ver nenhum problema nessa afirmação. Naturaliza-se a chatice, e pronto. E a naturalização da chatice vem acompanhada, nas linhas seguintes, por sua correspondente legitimação teórica: a exigência inegociável de uma “lógica rigorosa” no admirável mundo da ciência, que justificaria a existência de “cadeias” de pensamento “difíceis de acompanhar” (2003:324).

O termo “cadeias” assinala quase um despropósito. Mas vamos ao ponto: se essa fosse a única resposta possível para o desconforto, nada mais haveria a objetar. Tudo estaria explicado. Bem-vinda a chatice!

Ocorre que o conjunto de princípios e valores cognitivos, históricos e culturais em que se apoia esse modo de pensar e de legitimar a chatice dos discursos científicos possui seus textos e seus contextos. Há um modelo de ciência e de representação do conhecimento sendo dito em suas linhas e entrelinhas. Como resultado, acaba por se tornar às vezes difícil separar a chatice, de que se vem tratando, da ilusão de que a ciência constitui a única forma legítima, objetiva, rigorosa de conhecimento. Não por acaso, nas dezessete páginas de “O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação”, por dez vezes, Gomes levanta a bandeira do “rigor”.

Linda bandeira! Quem ousaria questionar seu estatuto epistemológico? Há um porém.

Nesse modelo de ciência, o propalado rigor assume uma curiosa semelhança com certas receitas caseiras, supostamente excelentes contra todas as doenças possíveis e imagináveis. Algo assim como uma espada da justiça a ser brandida contra qualquer espécie de inimigo. Inclusive, os inimigos que a fantasia humana molda à imagem e semelhança de sua parca ousadia ou, pior, de seus desvarios.

Hasteada ao lado de outras tantas bandeiras, olimpiamente famosas – como as de Verdade, Certeza, Precisão Conceitual, Solidez Argumentativa, Razão e Lógica –, a bandeira iluminada, e iluminista, do primado absoluto do rigor tremula ao vento tranquilo da ciência que Kuhn (2000) chamaria de normal. Reivindicada à exaustão, quase *ad nauseam*, essa visão de conhecimento fornece, por caminhos teóricos diversos, a justa medida do modelo de ciência em que seus discípulos mais convictos acreditam e por meio do qual operam. Por sinal, o verbo acreditar não é usado, neste mesmo contexto, sem uma boa dose de ironia. E até de malícia.

Parece acreditar-se que assim seja – no campo da teoria, dos princípios e valores científicos, bem como de sua divulgação –, porque assim realmente é. E reproduz-se, desse modo, a assertiva spinoziana de que “a ordem das coisas seria a mesma que a das ideias”. É o que lembra Adorno (1986:174), ao pôr o dedo na ferida do antigo e muito bem assentado vício racionalista da universalização e eternização dos conceitos – “a ordem sem lacunas dos conceitos”, como buscam, defendem e propõem bons seguidores de Platão, Agostinho, Descartes e seus amigos diletos: “O engodo de que a *ordo idearum* [ordem das idéias] seria a *ordo rerum* [ordem das coisas] funda-se na suposição de que algo mediado seja não-mediado” (Adorno, 1986:174).²

²Ver, sobre este assunto, com um pouco mais de espaço para a exposição dessas ideias, o texto apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação, da Compós, em seu XIX Encontro Anual, na PUC do Rio de Janeiro, de 8 a 11 de junho de 2010, “Do conceito de um Deus perfeito e único a teorias que não dialogam” (Künsch, 2010a).

Fincadas todas essas bandeiras no território roubado à democracia do conhecimento, é assim que, assumido em sua chatice, esse modo particular de expressão do pensamento científico ganha o selo glamouroso da ontologia. Ainda por cima, esta recebe de brinde o argumento de que há rituais consagrados pela comunidade científica – e os aprendizes de feiticeiro que se apressam, portanto, a iniciar-se em seus segredos.

Não é o caso de menosprezar, nem muito menos de desqualificar o rigor, os conceitos, a razão e a lógica. Não é. O que se defende, no entanto, é que rigor, conceitos, razão, lógica, pensamento abstrato e seus congêneres podem também ser entendidos, apresentados e representados de diferentes modos, sem cadeias ou camisas-de-força. Podem ser contemplados em sua fertilidade, em suas promessas de dialogia possível. Tampouco se quer renegar o lugar e a importância possíveis dos rituais, nem o direito que cabe à comunidade científica de propor o que em cada época da história descobre ou imagina importante e oportuno defender na construção de seus discursos, na tessitura de seus sentidos.

Também, muito menos, é o caso de arguir que a solução para a doença do rigor elevado à condição de chatice se resume a exigir a pura simplificação, ou facilitação, das linguagens e dos conteúdos em que o esforço e o suor científicos se propõem à comunidade dos mortais. Deixemos tamanho *non-sense* à ingênua crença de uma certa compreensão de jornalismo científico, de viés difusionista, e de um didatismo igualmente tão seguro de suas proposições quanto inconsciente de sua arrogância e elitismo frente a parcelas muito grandes da população, tidas como ignorantes, intelectualmente incapazes.

Antes, a questão pode ser formulada mais ou menos assim: por que acreditar que haveria, de fato, um estatuto epistemológico ou, mais ainda, ontológico, para a chatice dos discursos científicos? É viável pensar a ciência e suas formas expressivas também no que estas podem assumir e revelar de vigor,

de capital comunicativo, de encanto e sedução? Como se poderia, compreensivamente, propor “outra lógica”, isto é, “linguagens que se prestam à construção do conhecimento fora dos limites restritivos do rigor, da lógica tal como consagrada pela retórica clássica”? (Machado, 2008:2).

Como fazer com que a ciência converse com aquilo que Sousa chama de “discursos normais que circulam na sociedade”? Esse autor denuncia abertamente o modelo dominante de ciência – que se pretende como única maneira válida e reconhecida de produção de conhecimento verdadeiro –, com seu discurso “que se pretende rigoroso, antiliterário, sem imagens nem metáforas, ou outras figuras de linguagem”, correndo o sério risco de se tornar “desencantado, triste e sem imaginação” (1989:35). Um discurso que fala, mas que não se comunica.

“Na alergia contra as formas tomadas como meramente acidentais”, escreve Adorno (1986:169), “o espírito científico aproxima-se do espírito teimosamente dogmático”. O autor, em “O ensaio como forma” – já citado, e que voltará mais adiante a ser objeto de nossas mais caras preocupações –, investe pesado contra o que imagina não passar de falsa profundidade, purismo científico ou, pior, uma pretensão delirante de se equiparar “conhecimento à ciência organizada” (1986:167). “Níveis mais elevados de abstração”, ele diz, “não outorgam ao pensamento nem uma dignidade maior nem um conteúdo metafísico; antes, este se volatiliza com o avanço do processo de abstração”, e “o ensaio se propõe precisamente corrigir algo dessa perda” (1986:175).

Restrepo (2001:17) também participa desse mesmo entendimento ao falar da ilusão de que o rigor científico tenha algo a ver com “o empobrecimento discursivo e literário” em que este ordinariamente se apresenta. Em sua visão, todo discurso pode “se encher de ternura, sendo possível acariciar com a palavra”. A solidez argumentativa que o modelo dominante de ciência propõe e exige não está condenada a sofrer qualquer tipo de

dano pelo simples fato de “se fazer acompanhar pela vitalidade emotiva” (2001:17).

Do resgate da dignidade do ensaio, ou das virtualidades da linguagem

Transitando com liberdade, e irreverência, pelas estradas de sua sociologia compreensiva, Maffesoli (2007) considera maduro este nosso tempo para o resgate daquilo que chama “a dignidade do ensaio”. Vencida a velha tentação positivista de identificar o humano e social com a natureza, a vida não costuma fazer outra coisa mais digna de nota que revelar-se como uma sucessão de ensaios. O ponto de vista maffesoliano faz lembrar o que Clarice Lispector também imagina necessário ser dito, poeticamente: que “existir não é lógico”. A poesia, em ambientes cognitivos plurais em que a liberdade de movimentos permite abraçar a filosofia, se faz parceira da convicção do filósofo Tomás de Aquino, de que “a vida ultrapassa o conceito”.

“Bem além do conceito fechado, totalitário, irrefreável, refulgem a noção, a metáfora, a analogia e a correspondência, sempre aptas a captar todos os matizes de uma realidade complexa”, assume Maffesoli (2007:17).

O autor possivelmente exagere ao atribuir tamanho vigor à metáfora e à analogia, que seriam capazes, segundo ele, de “captar todos os matizes de uma realidade complexa”. Não convém a um pensamento que se pretende compreensivo – no sentido original que o termo latino *comprehendere* tão bem evoca, que é o de juntar, integrar, conjugar ou abraçar – operar com exclusões. Justa em síntese, a crítica feroz à “violência do conceito” não mais se revela inteligente a partir do momento em que passa a desqualificá-lo completamente, atizando-o na lata de lixo. Um absolutismo não tem por que exigir ser melhor que outro absolutismo. O mesmo pensamento vale para as ideias de razão, rigor, verdade e certeza. É útil, para a ciência, admitir a potencial virtualidade dessas noções como mediadoras na difícil tarefa de ler, interpretar e compreender o mundo.

É conveniente ressaltar, no entanto, que a séria advertência contra o totalitarismo do conceito, e contra o furor explicativo com que costuma se apresentar o discurso científico dominante, possui lastro suficiente no universo da crítica ao mais nobre e bem-dito modelo de ciência. Sodré (2006), por exemplo, não mede palavras ao se referir à “ditadura do conceito”, ou ao falar “da lógica da razão enquanto domínio universal”. Revela-se tão veemente na crítica quanto convencido da ideia de propor uma “outra posição interpretativa para o campo da comunicação”, capaz de “abarcara a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto” (2006:13). Essa outra posição interpretativa, expõe o autor, deverá apresentar-se como “mais compreensiva, menos intelectual-racionalista, capaz de apreender os fenômenos fora da medida universal” (2006:14).

De acordo com Machado (2008:2), “é chegada a hora de qualificar a potencialidade retórica de linguagens perspectivadas pelas diferentes classes de signos dos sistemas de nossa cultura”. O “paradigma do rigor”, creditado pela autora às ciências duras, com seu ideal de linguagem precisa, “da lógica sustentada por procedimentos retóricos elaborados sob forma de postulados, conceitos, axiomas, proposições demonstrativas e conclusivas”, não deve exterminar com a noção de vigor vinculada ao ato interpretativo, “que sempre orientou a apresentação das formulações em ciências humanas” (2008:3).

Machado assume o ponto de vista da compreensão, quando afirma que “não se trata de eliminar nem substituir procedimentos, mas de configurar a dimensão dialógica sem a qual nenhuma linguagem tem sentido” (2008:8). Traz para o debate, nesse contexto, o tema da nobreza e dignidade do ensaio. Fala sobre o valor da metáfora, os jogos de sentido, o efêmero e a mudança nos processos interpretativos. O ensaio constitui-se num espaço de “elaboração de

hipóteses, mapeamento de possibilidades interpretativas, de explorações cognitivas, de percepções e experimentações das ideias que interessam”. E conclui: “O fato de não ser lugar de demonstração de uma rota já descoberta não tira a cientificidade nem o rigor de sua linguagem” (2008:19).



É útil, para a ciência, admitir a potencial virtualidade dessas noções como mediadoras na difícil tarefa de ler, interpretar e compreender o mundo

Do desprezo à consideração, ou da defesa do ensaio como “despropósito”

Descreditado pela corporação acadêmica, na Alemanha de Adorno como alhures, ontem como hoje, e, mais, odiado por uma tradição de pensamento científico que “só tolera como filosofia aquilo que se reveste com a dignidade do universal, do permanente”, o ensaio como forma “provoca uma atitude defensiva porque evoca liberdade de espírito” (Adorno, 1986:168).³ “O álcere e o lúdico são-lhe essenciais.” Não lhe convém a falsa segurança que promete advir do conceito. Averso ao domínio férreo e irritante do universal e do permanente, o ensaio começa “com aquilo de que quer falar; diz o que lhe ocorre, termina onde ele mesmo acha que acabou e não onde nada mais resta a dizer”, inserindo-se, assim, “entre os despropósitos”. Cultiva “a espontaneidade da fantasia subjetiva que se condena em nome da disciplina objetiva”. O fato inquestionável de que pode

³Passamos, neste item, a citar livremente o texto de Adorno, com ou sem aspas, isentando-nos da responsabilidade de referir a cada vez a página da edição de que nos utilizamos. O leitor pode recorrer ao próprio texto, se considerar necessário, para confirmar o êxito na reprodução, ainda que parcial no espaço de que dispomos, do pensamento desse autor.

haver maus ensaios – como, de resto podem existir maus artigos e teses – não justifica o rancor de que é vítima. O ensaio, na visão de Adorno, não compactua com “os ideais de pureza e limpeza, que são comuns a uma filosofia voltada para valores eternos, para uma ciência organizada de cima até embaixo, sem lacunas, coerente e inatingível”.

O fato inquestionável de que pode haver maus ensaios – como, de resto, podem existir maus artigos e teses – não justifica o rancor de que é vítima



Ao propor o valor do ensaio como expressão escrita e falada do labor científico e de seus resultados, um gênero de linguagem apto a dar conta de um pensamento que não avança unilateralmente, e, sim, na forma de momentos “que se entretecem como num tapete”, cuja fecundidade depende “da densidade dessa tessitura”,⁴ Adorno realiza simultaneamente, como fica claro, e com notável intensidade, a crítica, antes referida, ao modelo de pensamento científico dominante. É nesse ponto, como também se observou, que se faz difícil separar, na prática, os discursos ordinários por meio dos quais a ciência apresenta suas buscas de entendimento e explicação do mundo de outra classe de discursos, com cujo auxílio essa mesma ciência, tácita ou abertamente, se proclama, orgulhosa e ar-

⁴A expressão lembra Morin e a defesa que faz esse autor do pensamento da complexidade, no sentido de um pensamento que “tece e entretece”, lembrando o sentido original latino do termo *complexus*. Um pensamento que cultiva o diálogo e o respeito aos múltiplos modos de que a humanidade se serve para dar conta dos desafios que a ciência e o conhecimento levantam. Um pensamento que inclui, e não que exclui. Uma atitude de espírito parceira próxima do pensamento da compreensão, cujo ensino constitui uma missão “propriamente espiritual” da humanidade, na expressão de Morin (2000).

rogantemente, como forma única de conhecimento válido, contra todo o resto.

E o resto, segundo essa classe de discursos, bem ao gosto do espírito iluminista que afaga essa autocompreensão científica, tende a ser interpretado como sinônimo de ignorância, superstição e erro, gerando, no limite, um comportamento violento e guerreiro contra o diferente, a outra cultura, o não-mesmo. Dando razão a Maffesoli e a Sodré onde ambos propõem o fim da “ditadura do conceito”, Adorno não deixa de ver nesse modelo de pensamento “os traços de uma ordem repressiva”. Sem contar que, para ele, “a ilusão desse mundo simples, fundamentalmente lógico” coaduna-se muito bem “à defesa daquilo que simplesmente já está aí”. “Passa-se a exigir do espírito um certificado de competência administrativa, para que ele, ao ater-se às linhas limítrofes culturalmente delineadas e sacramentadas, não vá além da própria cultura oficial.”

Não é verdade, argumenta o autor, “que todo conhecimento possa, potencialmente, ser convertido em ciência”. E não é por uma simples questão de grau, que distinguiria entre conhecimentos de primeira e de segunda categoria. “A mais simples reflexão sobre a vida da consciência poderia ilustrar sobre quão pouco se pode captar, com a rede conceitual científica, conhecimentos que não são, em absoluto, meros palpites desconchavados, meras impressões desconexas.” Cita Marcel Proust, cuja obra “constitui um enorme esforço para expressar conhecimentos necessários e concludentes sobre homens e relações sociais”, cultivadora da objetividade a seu modo, ainda que livre das amarras que a ilusão do rigor e do método representam, para a ciência objetiva como tal tanto quanto para os demais saberes humanos. “A medida de tal objetividade não é a comprovação de teses já firmadas através de repetidas provas, mas a experiência humana individual mantida por esperança e desilusão.”

No valor cognitivo que atribui à experiência, Adorno faz lembrar um colega seu do

Instituto de Sociologia de Frankfurt, Walter Benjamin, quando este, em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, expressa a opinião de que a narrativa está desaparecendo. A arte de narrar – tão próxima, poder-se-ia acrescentar, ainda que com a pressa que este espaço exige, do ensaio como descrito por Adorno e do pensamento da compreensão – ameaça extinguir-se em decorrência da desvalorização das ações da experiência. As pessoas, interpreta Benjamin, se sentem privadas de uma capacidade julgada universal e inerente ao homem: a de intercambiar experiências, de contar histórias, de narrar (1994:197-198).

Procedendo, “por assim dizer, metodologicamente sem método”, sujeito, como todo esforço humano de conhecimento, a erro, “o ensaio se torna verdadeiro em seu avanço, que o empurra para além de si mesmo, e não na obsessão por ‘fundamentos’”. Ele desafia “suavemente o ideal da percepção clara e distinta e também o da certeza livre de dúvida”. Interroga e põe em dúvida, um a um, os passos do método cartesiano, “pensa aos solavancos e aos pedaços, assim como a realidade é descontínua; encontra a sua unidade através de rupturas e não à medida que as escamoteia”.

Adorno cita Benke, em *Über den Essay und seine Prosa*, num texto em que esse autor, distinguindo o ensaio do tratado, diz que o ensaísta compõe experimentando. Ele vira e revira seu objeto. Questiona-o, apalpa, prova, reflete. Ataca-o “de diversos lados e reúne em seu olhar espiritual aquilo que ele vê e põe em palavras: tudo o que o objeto permite ver sob as condições criadas durante o escrever”.

Mais afeto ao signo da compreensão, que se está propondo, que ao que chamamos de signo da explicação, o ensaio “não tem fecho”. Perseguindo a sua verdade, renuncia à idéia de verdade como “algo ‘pronto’”. Liberta-se da “coerção da identidade” e ensina que “a desgraça paira sobre a experiência espiritual quanto mais esforçadamente ela se solidifica em teoria e assim se estrutura, como se tives-

se nas mãos a pedra filosofal”. Audaz, repele “aqueles que acreditam ter de defender o espírito contra toda inconsistência e falta de solidez”, uma vez que não passam de inimigos desse mesmo espírito. Porque “o próprio espírito, uma vez emancipado, é móvel”.

O ensaio não nega um parentesco com a retórica, “que a mentalidade científica, desde Descartes e Bacon, quis expulsar”. Para Adorno, “as satisfações que a retórica quer proporcionar ao ouvinte são sublimadas no ensaio na ideia da felicidade de uma liberdade frente ao objeto”. Está em condições, nesse sentido, de “dar à linguagem falada algo que ela perdeu sob o domínio da lógica discursiva”. O ensaio não se apraz em negar a lógica. Não é alógico. Obedece a “critérios lógicos na medida em que o conjunto de suas frases tem de compor-se coerentemente”. Só que a lógica de que aqui se fala é diferente da lógica discursiva tradicional. Possui dinamismo. É silenciosamente dócil na tradução dos pensamentos do ensaísta.

Atual, a atualidade do ensaio é a do “anacrônico”. “A hora atual é-lhe mais desfavorável do que nunca”, encontrando-se “esmagado entre uma ciência organizada, na qual todos se arrogam o direito de controlar a tudo e a todos, ciência que exclui”, e “uma filosofia que se contenta com o vazio e abstrato resto do que não tiver ainda sido ocupado pelo empreendimento científico”. Seu estatuto é o da heresia.

Da desqualificação do ensaio, ou nem tanto quanto se imagina

O ensaio como modo de apresentação do pensamento, ou “a questão do ensaio como forma”, é, como se apontou, objeto das preocupações de Gomes (2003). O autor vê na (re)valorização “recente” do que mais propriamente poderia ser denominado ensaísmo – junto com a ideia de “crise de paradigmas” e do “jargão do fim das disciplinas científicas” –, uma expressão atual dos efeitos danosos da ação de “epistemólogos”, entre aspas, para a “comunidade de pesqui-

sadores” do campo da Comunicação, ação esta que, típica de “ambientes intelectuais menos rigorosos” (2003:313), acaba por “retardar a consolidação da área” (2003:315).

A desqualificação do pensamento ensaístico se propõe num conjunto de asserções que, num primeiro momento, não deixam margem a qualquer dúvida quanto à postura intelectual do autor. Ele é contra o ensaio como este se dá a conhecer no território dessas “veleidades epistemológicas”. Seus cultores e apreciadores compõem o quadro de pessoas cujas exigências argumentativas são “baixas”. Trata-se de “setores intelectuais médios” (2003:316), “indivíduos desconfiados da racionalidade e da ciência modernas, normalmente sem grande cultura epistemológica”, gente que “não gosta de ciência”. Gente sisuda, acostumada a empregar “misticamente formas científicas herméticas”, que leu Thomas Kuhn e não o entendeu, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962 (2003:317-320), etc.

Há algo de “curioso” no texto, que, *mutatis mutandis*, talvez permitisse alterar o seu título para “O estranho caso de certos discursos que visitam a área do ensaio”. Gomes, em primeiro lugar, e curiosamente – para voltar a usar o termo que ele mesmo utiliza em seu trabalho –, revela-se um mestre na arte de recorrer ao ensaio para se opor ao ensaio (ou, como se verá mais adiante, a “certo tipo de ensaio”). Bem na linha do que sugere Adorno, a leitura atenta do texto deixa claro que, a rigor, não há nele “nenhuma das garantias tradicionais do procedimento científico, como a demonstração argumentativa, ou a comprovação empírica”, essas exigências que Gomes vê como inegociáveis para um pensamento científico “sério” – e, isso, sem demérito algum para a seriedade e a qualidade desse mesmo texto, que, citado e recitado, tão bem mostra o vigor do ensaio, essa conversa que, sem começo nem fim verdadeiros, contribui para o debate e o diálogo sobre temas ou objetos específicos.

De outra forma, que não a do ensaio, fi-

caria difícil justificar o largo uso que Gomes faz de adjetivos e a manifestação expressa da subjetividade do autor, as delimitações e os reparos que em vários trechos faz à sua própria posição teórica, em expressões como esta: “Pode ser que pessoas mais atentas notem algum furor revolucionário varrendo convicções anteriores”, na crítica que faz à ideia de uma crise de paradigmas. Ele não a vê: “Eu consigo ver um tempo de ciência normal, normal até demais, com costumes preguiçosos e arraigados” (2003:319). Ou esta outra, onde ele diz que, “de tanto produzir ensaios afirmando que há uma crise ou ensaios comentando os ensaiadores que afirmaram a crise, passamos a construir uma delas” (2003:320). Pode-se ver em trechos como esses a legitimação da ideia de que, frente à chatice dos textos científicos e às dificuldades que podem apresentar ao entendimento, é preciso “um texto desconcentrado, descompromissado, paradoxal e interessante ou belo e doce, a quase-poesia do ensaio” (2003:324).

Vale mais uma observação sobre o caráter “curioso” do texto. Gomes busca apoio num outro ensaio, assinado por Peter Burke, para criticar a ligeireza da escrita do ensaio e seu caráter “possivelmente” superficial, e, segundo Burke, “uma expressão de opinião que não se baseia em pensamento rigoroso nem pesquisa intensiva”, tal qual uma “coluna de jornal, sem muita esperança de ser lembrada uma semana mais tarde” (apud Gomes, 2003:322).

Justiça no entanto seja feita, mais uma vez e agora em maior extensão, a Gomes, quando ele pretende deixar claro que não quer assinar a certidão de óbito do ensaio, mas convocar a uma discussão sobre o tipo específico de ensaio que está intencionado a descrever. “Um certo tipo de ensaio”, mais uma vez. Não parece ter muita coisa contra o ensaio como “forma alternativa” de expressão do pensamento científico, “empregada em certas circunstâncias”. É, sim, como pensa ser o caso no contexto que é objeto de sua crítica, contra o ensaio lá onde este ter-se-ia transformado em forma ideal, única, ou “do-

minante, empregada em todas as circunstâncias” (2003:322), configurando-se, como denuncia Gomes, um claro repúdio desses encantadores de serpentes, marketeiros e publicitários, mais que epistemólogos, aos rituais científicos consagrados.

Mais justiça, ainda, seja feita, desta vez ao ensaio, que, nos interstícios da crítica tecida pelo autor contra isso que poderia ser classificado como rompante ensaístico, recebe dele os mais elevados elogios. A começar pelo reconhecimento de suas origens históricas, desde o final do século XIV, com Montaigne, dele tendo se utilizado à vontade autores, em nada tidos como sem importância, ou de “baixas exigências argumentativas”, como Stuart Mill, William James, Sigmund Freud e outros.

A lembrança de grandes ensaístas esconde, no texto de Gomes, mais um dado “curioso”: o de que o pensamento científico dominante, tão ciente, cuidadoso e vez ou outra raivoso na proposição e defesa do rigor e do método, não consegue resistir aos encantos de buscar o tempo todo referências preciosas em autores célebres, ensaístas, quase sem exceção. “É evidente que não considero o ensaio como um mal em si”, arremata Gomes, no elogio ao ensaio: “Ao contrário, o ensaio é um excelente gênero de escrita em que pode se aliar a destreza do conceito e a facilidade da escrita”. Mais: “A história nos deu maravilhosos ensaios”.

Maior generosidade intelectual e encanto frente ao ensaio nem precisa existir. Gomes, ensaisticamente, parece criticar o ensaísmo para defender o ensaio.

Da epistemologia da ciência e da felicidade, ou da “saúde de espírito”

Retomemos o ponto, já mais de uma vez indicado, da dificuldade de se separar a crítica contra o exercício da liberdade na expressão do conhecimento científico da proposição estreita, não raro sisuda e raivosa, de rigor e método, verdade, razão e certeza, uma atitude intelectual, essa, que acaba por

revelar um forte viés de “pensamento único”.

“A epistemologia, como todo mundo sabe, é uma parte da teoria do conhecimento”, argumenta Gomes logo nas primeiras linhas de seu ensaio sobre o ensaio. Ela “se



Maior generosidade intelectual e encanto frente ao ensaio nem precisa existir. Gomes, ensaisticamente, parece criticar o ensaísmo para defender o ensaio

dedica às questões relacionadas à natureza, aos fundamentos, aos limites e às condições de validade do conhecimento científico” (2003:313).

É verdade e não é. Não é, por exemplo, na concepção de epistemologia em que se apoia Adorno ao propor o ensaio como forma. A epistemologia, tal como se entende o significado do termo nos dias de hoje, “possui duas acepções diferentes, de que nem sempre os estudiosos se dão conta”, explica Martino (2008:14). Ainda que esse autor opte por um desses sentidos, não se omite frente ao dever intelectual de reconhecer que “uma primeira acepção entende a epistemologia como estudo do conhecimento, de qualquer tipo de conhecimento”, enquanto “a outra maneira de entender epistemologia é vê-la como um pensamento que pensa o pensamento científico”, sendo a primeira típica do mundo anglo-saxônico, e a segunda, do “mundo latino” (2008:14).

Martino deixa evidentes, em outros trechos deste e também de outro texto de sua autoria (2008a), as difíceis e em nada muito bem explicitadas relações entre epistemologia (melhor, epistemologias), filosofia da ciência e gnosiologia. Essa simples realidade, *de per se*, poderia ser suficiente para levar o pensamento, compreensivamente, a admitir

como altamente importante a ideia, defendida por Gomes (2003:315), de não se cometer a injustiça de “reunir toda a erva em um único feixe”. Poderia ser vista como um convite ao exercício do diálogo e da compreensão, antes que à afirmação contundente, ou excludente, de um ponto de vista único e de um único ângulo de análise.

A proposta, apelo ou aposta em um pensamento de matriz compreensiva, agora para fechar sem fechar, como cabe ao ensaio na descrição de Adorno, pode, sim, conservar a perspectiva de maior liberdade, imaginação e criatividade, tanto no terreno movediço, e não certo e seguro, das concepções de ciência e de epistemologia, quanto na ousadia de romper com a chatice e com a confusão entre rigor e desencanto, entre “despropósito” e dogmatismo na expressão do pensamento científico.

Talvez seja este um modo de romper com a “herança de guerra” que Restrepo (2001) vê grassar no âmbito da ciência, como esta ordinária e hegemonicamente se entende e se pratica. Talvez, assim, se possa tomar como objeto de debate a proposição de Adorno quando ele afirma que a liberdade que o ensaio permite recuperar a amizade para com a

felicidade, num tributo, assim, à queixa silenciosa do ensaio de que a verdade teria atraído a felicidade. Talvez, por fim, se possa dar ouvidos, nesse esforço compreensivo, a Epicuro (2002), que era incapaz de dissociar o conhecimento e os sujeitos que com ele se ocupam de uma ética fundada nas ideias de *philia*, felicidade e “saúde do espírito”.

Num tempo tão fascinante quanto possivelmente confuso como este nosso, de tantas redes e de não tão numerosos nexos ou vínculos, em que “vor lauter Bäume sieht man den Wald nicht mehr” (De tanta árvore já não se consegue mais ver o bosque), vale o convite a se construir mais porteiras e, onde preciso, a se derrubar cercas para abrir a fazenda a outras possibilidades de “visita” – na área científica da Comunicação como em outras. Mais que “a estranheza de certos casos” (Gomes), pode se revelar nessa atitude a consciência de que o ser humano e o conhecimento mais avançam por intermédio da construção de janelas e portas, pontes e porteiras, que por meio do enfiamento de moirões e na pregação de arame farpado com o intuito de se evitar entradas e saídas indesejadas pela sacra e frágil ortodoxia.

(artigo recebido fev.2012/ aprovado mai.2012)

Referências

- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: COHN, Gabriel. **Theodor Adorno**. São Paulo: Ática, 1986, p. 167-187.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade: a Meneceu**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 314-329.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- KÜNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008, p. 173-195.
- _____. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A. e MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010, p. 13-47.
- _____. Do conceito de um Deus perfeito e único a teorias que não dialogam. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação durante o XIX Encontro da Compós, no Rio de Janeiro, RJ, de 8 a 11 de junho de 2010a.
- MACHADO, Irene. Controvérsias sobre a cientificidade da linguagem. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação durante o XVII Encontro da Compós, em São Paulo, SP, de 3 a 6 de junho de 2008.
- MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: introdução a uma sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MARTINO, Luiz C. O campo da comunicação e suas teorias. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008, p. 13-33.
- _____. O saber epistemológico sobre a comunicação. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008a, p. 69-92.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- RESTREPO, Luiz Carlos. **O direito à ternura**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.